

# SUEZ E A RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA

José Cutileiro

Comemorações são indústria na moda, que ocupa muita gente. Gostamos de celebrar efemérides, a começar pelo dia dos nossos anos (não se percebe bem porquê, como fez notar a perspicácia de João de Deus, cujo centenário de morte passou há dez anos). Centenários disto ou daquilo abundam e podem dar pretexto a manifestações que beneficiam todos: em 1992, por exemplo, para conforto estético e memória indelével de residentes e passantes, a Toscânia foi enriquecida por coreografia da obra de Piero della Francesca, a marcar os quinhentos anos do fim da vida do Mestre de Borgo San Sepolcro. Cinquentenários também se celebram mas são coisa diferente porque se, por enquanto, é raríssimo haver alguém vivo e recordado do que se haja passado há um século, vai havendo cada vez mais gente capaz de se lembrar do que tenha acontecido há cinquenta anos. De maneira que ao decidir, como era inevitável, comemorar a «crise do Suez» de 1956, entra-se no domínio a que alguns chamam «história do presente» – encontram-se ainda contemporâneos que podem ser entrevistados ou reentrevistados. Os principais protagonistas políticos – Nasser, Eden, Mollet, Eisenhower, Ben Gurion – morreram há já muitos anos mas, nas segundas e terceiras linhas das administrações civis e das instituições militares, gente nova na altura está viva, lúcida e gosta às vezes de falar desse tempo. Em teoria, historiadores e jornalistas poderão ainda descobrir, se não fontes inéditas de importância, talvez pormenores até agora descuidados e perspectivas da crise modificadas pelo tempo. Assim, este ano de 2006 viu a publicação em Inglaterra e nos Estados Unidos de livros novos sobre o tema; saíram sobre ele vários artigos, mais ou menos eruditos, em jornais e revistas; produziram-se programas de televisão.

## A ANALOGIA SUEZ / IRAQUE

Acresce que, desde 2003, muita gente veio a público cogitar que o elo transatlântico – ou a solidariedade entre a Europa e os Estados Unidos ou a solidez da Aliança Atlântica – fora abalado e posto em causa pela crise do Iraque como não acontecera «desde a crise do Suez». É certo que há contiguidades, semelhanças e contrastes entre as duas aventuras que parecem saltar à vista mas é mais certo ainda que as diferenças são muito

mais importantes do que as parecências. Uma semelhança crucial, todavia, deve ser posta em evidência antes que se queira caminhar para análises comparativas pormenorizadas: Suez e Iraque foram certamente momentos difíceis na relação transatlântica (e, *a fortiori*, na NATO) mas tiveram efeitos de muito pouca importância na solidariedade e determinação colectiva dos aliados ocidentais. (Desde as adesões da Hungria, da Polónia e da República Checa à NATO e, mais tarde, das suas entradas – e das da Eslovénia, Eslová-

SUEZ E IRAQUE FORAM CERTAMENTE MOMENTOS DIFÍCEIS NA RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA MAS TIVERAM EFEITOS DE MUITO POUCA IMPORTÂNCIA NA SOLIDARIEDADE E DETERMINAÇÃO COLECTIVA DOS ALIADOS OCIDENTAIS.

quia, Estónia, Letónia e Lituânia – na União Europeia, o adjectivo «ocidental» tornou-se uma caracterização ético-política muito mais do que geográfica.)

Cinquenta anos passaram sobre o Suez; o Iraque foi invadido só há três e a crise ainda lá dura mas, quer num caso quer noutra, cedo se verificou que o rombo não

fora tão grande quanto se apregoara, muitos receavam e alguns apeteciam; pelo contrário, a aliança recompusera-se depressa sem que se notassem os remendos, como em porcelana bem restaurada.

Quanto ao primeiro caso. No fim de Outubro de 1956, o Reino Unido e a França, de conluio com Israel, cujos pára-quedaistas, chefiados pelo tenente Ariel Sharon, tinham invadido o Sinai dois dias antes, atacavam o Egipto e ocupavam a zona do canal de Suez. No começo de Novembro, os Estados Unidos impuseram um cessar-fogo, que foi declarado a 6; a 22 de Dezembro a evacuação das forças francesas e inglesas, começada a 15, estava completada (Israel só se iria embora em Março). Foi um dos ultimatoss mais humilhantes da história moderna. A ordem, por assim dizer (se Londres insistisse na invasão, Washington vetaria um empréstimo do FMI, de que o Governo britânico precisava como de pão para a boca; só um cessar-fogo antes da meia-noite lhes poderia valer), foi dada por Washington a Macmillan, ministro das Finanças britânico, e passada a Eden, primeiro-ministro, que a transmitiu também a Mollet, primeiro-ministro francês. As opiniões públicas e as classes políticas dos dois países não reagiram exactamente da mesma maneira; no Reino Unido, apesar de um sobressalto bélico populista, quase toda a esquerda na Câmara dos Comuns e uma parte da direita estavam contra a ofensiva e viram a retirada e a demissão de Eden, doente, a 9 de Janeiro de 1957, como um retorno penoso mas necessário à decência.

Em França, quer antes quer depois do fiasco, os mesmos quarenta e poucos por cento da população achavam que o Governo fizera bem em tentar assim derrubar Nasser – cujo apelo carismático ao pan-arabismo animava a rebelião argelina que Paris queria debelar – e indignaram-se, à francesa, com o diktat americano. De qualquer maneira, o episódio não serviu para restaurar o prestígio, na altura já muito abalado, da IV República, fosse no exterior fosse entre os próprios franceses. Menos de dois anos depois, De Gaulle, chamado de Colombey-les-Deux-Églises, cria a V República; a seguir concede

a independência à Argélia, contra o sentimento dos colonos e o patriotismo dos militares que tanto tinham contribuído para lhe entregar o poder e, apenas dez anos passados sobre a crise do Suez, retira a França da estrutura militar integrada da NATO e manda a sede da organização sair do país. As relações de De Gaulle com os americanos e com os ingleses vinham más do tempo da guerra, em que Roosevelt o tratara por cima da burra e Churchill pouco melhor. (Em 1943, quando Duff Cooper – ministro britânico e, depois da vitória, embaixador em Paris – tentou convencer Churchill a ouvir mais De Gaulle, gabando-lhe os grandes méritos, a resposta foi que não valia a pena insistir porque: «Você gosta do homem e eu não.»)

Se o antiamericanismo de De Gaulle tinha (e o da França tem) causas mais antigas do que a crise do Suez, considera-se muitas vezes que foi animado por esta. Sem dúvida – embora quando se fale da solidez e da estabilidade da relação transatlântica convenha não esquecer que menos de seis anos depois do Suez, e já com De Gaulle no Eliseu, se declarou a crise provocada pela descoberta da colocação de mísseis soviéticos em Cuba. Esta foi certamente a altura mais perigosa de toda a Guerra Fria, aquela em que o risco de guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética foi maior e em que os Estados Unidos mais precisaram, politicamente, de poder contar com os seus aliados. E, nessa crise, a França de De Gaulle (e o Reino Unido de Macmillan, que sucedera a Eden) esteve na primeira linha. Ficou célebre o gesto do General ao declinar olhar para as fotografias dos mísseis que um enviado de Kennedy lhe trouxera a Paris porque bastava, para o convencer da existência deles, a palavra do Presidente dos Estados Unidos. Tratava-se de mais do que *beau geste*; o General era um génio político e, ao dar ênfase à importância da confiança entre aliados, estava a mostrar que o espírito do Suez (em que França e Reino Unido tinham tentado enganar os americanos, tramando a intriga nas costas destes, convencidos de que no fim receberiam deles cobertura) estava morto e enterrado. De resto, durante as décadas que se seguiram, primeiro ainda com a NATO em Paris e depois já com ela em Bruxelas, o comportamento da França guiou-se sempre pelo mesmo padrão. Quando tudo estivesse a correr bem a França era, vezes sem conta, o mais incómoda possível para os Estados Unidos no Conselho do Atlântico, inventando dificuldades a despropósito, criando obstáculos, demorando decisões. Em alturas de crise, de risco agudo, de tentativas soviéticas de quebra da solidariedade ocidental, acontecia o contrário: a França punha-se logo na primeira linha, ombro a ombro com os Estados Unidos, como na crise de Cuba com De Gaulle ou na crise criada por grande oposição popular, orquestrada por Moscovo, à colocação de mísseis nucleares intermédios americanos na Europa, com Mitterrand a ir a Bona em Janeiro de 1983 discursar no Bundestag, para convencer os alemães a aceitá-los. Aceitaram.

Na Grã-Bretanha, as marcas da crise do Suez na ligação transatlântica, se se fizeram sentir, foi de maneira diferente. Diz-se que, da crise, os ingleses tiraram a lição de que só estariam em segurança no mundo se se alinhassem com os americanos e, mais do que isso, que se se colocassem contra eles em matérias deste género seria suicidário.

Mas esta posição geral, partilhada pela esquerda e a direita, seria provavelmente a mesma se não tivesse havido o descalabro do Suez e tem, em qualquer caso, permitido nuances consideráveis.

Durante a crise de Cuba, a ligação entre Washington e Londres não poderia ter sido mais estreita do que foi. David Ormsby-Gore, mais tarde Lord Harlech, embaixador britânico em Washington, fez parte do grupo muito restrito, uma meia-dúzia de pessoas, com quem o Presidente Kennedy acompanhou os dias mais perigosos da crise (foi dele, por exemplo, a sugestão de diminuir de 500 para 250 milhas a distância de Cuba à qual navios dirigindo-se à ilha seriam interceptados) e ia tomando as suas decisões. Harlech era amigo pessoal de longa data de Kennedy mas, se representasse em Washington país que não fosse a Grã-Bretanha, é muito improvável que tivesse sido convidado para tais conselhos de guerra.

Por outro lado, Harold Wilson, quando era primeiro-ministro, recusou-se a levar o Reino Unido a entrar na Guerra do Vietname. Houve algum desapontamento na Administração americana mas as relações entre os dois países não foram prejudicadas. E durante todo o tempo, desde 1956 até hoje, a troca de informações entre agências dos serviços secretos e outras, que é um elemento básico da «relação especial» anglo-americana, manteve-se sem interrupção.

Com efeito, em Washington, a irritação com Londres fora de pouquíssima dura. No auge da crise, em audição por uma comissão do Senado, John Foster Dulles, secretário de Estado e um dos arquitectos, com Eisenhower, da condenação americana da invasão anglo-francesa do Egipto, dissera, em resposta a pergunta de um senador, que nunca mais soldados americanos arriscariam a vida ao lado de soldados ingleses. Poucas semanas depois, em Camberra, por ocasião de uma reunião ministerial da ASEAN, durante um jantar oferecido aos participantes pelo alto-comissário (embaixador) britânico, Richard Casey, ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, em tom dubitativo, amigável mas irónico, perguntou a Foster Dulles se era verdade que soldados americanos nunca mais lutariam ao lado dos ingleses, como ele afirmara no Senado. Foster Dulles, depois de uns segundos calado, disse que dera aquela resposta à comissão ao fim de uma sessão de seis horas que o irritara e deixara exausto e que o que o espantava era não ter dito antes disparate ainda maior.

Quanto ao segundo caso, o do Iraque, embora tenha passado pouco tempo sobre a invasão e os cestos dessa vindima estejam ainda longe de terem sido lavados, há já todos os sinais de normalidade na relação transatlântica. Depois da declaração de solidariedade do Conselho do Atlântico, evocando o artigo 5.º do Tratado de Washington, de 12 de Setembro de 2001, houve discordâncias sérias no seio da NATO, com alguns países, notavelmente França e Bélgica, indo muito mais longe do que é costume entre aliados para dificultarem a estratégia militar americana de ataque ao Iraque. Mas esse tempo passou e hoje a Aliança tem tropas no Afeganistão e prepara-se para substituir todas as forças militares americanas no país. Porque, apesar de constantes profecias de irrele-

vância desde o fim da Guerra Fria («out of area or out of business», escrevia-se na altura) continua de boa saúde. E porque, apesar das ambições de poder da União Europeia, desde o encontro franco-britânico de Saint-Malo de 1998, e das tentativas de reforma das Nações Unidas, a NATO continua a ser a única organização internacional capaz de dar resposta adequada a crises de terceiros que exijam presença multinacional militar de respeito.

### **SUEZ: CONSEQUÊNCIAS**

Se na relação estratégica transatlântica o efeito da crise do Suez foi praticamente nulo, não deixou de influenciar outros aspectos das relações internacionais contemporâneas. O sinal mais importante que deixou foi o de ter marcado, *de facto*, o fim do Império Britânico. Quando Anthony Eden andara na escola e na universidade, mais de metade da terra nos globos e planisférios vinha em cor-de-rosa e vivia no que em Londres se gostava de chamar *Pax Britannica* (preferível, de resto, para o bem-estar dos nativos de muitas partes do mundo, às dominações que se lhe têm seguido). Quando Eden se demitiu tudo isso passara a ser uma miragem distante. É certo que o Império começara a ser desmantelado alguns anos antes, a independência da Índia e do Paquistão haviam tido lugar em 1947, estavam os trabalhistas no governo em Londres e, depois de abandonada a jóia da coroa, preparavam-se as independências das colónias africanas. Mas a Commonwealth fora entretanto gizada; mantivera-se a ilusão de um papel dominante do Reino Unido a leste do Suez, importante para proteger e garantir abastecimento de petróleo. Em 1953, Washington já fora decisivo na deposição do Dr. Mossadegh, primeiro-ministro iraniano, mas Londres desempenhara ainda papel importante na operação – e bases militares britânicas asseguravam a cobertura militar do Ocidente na região. A maneira como Washington tratou Londres durante a crise do Suez – e a aceitação, de crista caída, do tratamento por Londres – fizeram desabar o castelo de cartas dessa ilusão de poder. É difícil, de longe e sem a memória imperial, imaginar o que as elites inglesas terão sentido. Talvez a veia aforística de Churchill, já na reforma, tenha capturado a pungência ambivalente do momento: «Eu não sei se lá teria ido; mas sei que se lá tivesse ido não me teria vindo embora.» O facto é que se vieram embora e, poucos anos depois, o governo de Wilson procedeu à liquidação da presença militar britânica a leste do Suez. O Reino Unido passou a contar com os Estados Unidos para sua defesa e segurança, sempre que estas exigissem mais do que o que pudesse ser feito nacionalmente: em primeiro lugar no quadro da NATO mas também, se preciso fosse, em arranjos bilaterais e coligações de boa vontade. O que, como o caso do Vietname provou, não implicava estar sempre de acordo. Blair colou-se a Bush no Iraque não por obrigação contratual (ou existencial) mas por escolha política. Antes de passar à França, vale a pena considerar Israel, cujas relações com os Estados Unidos não deixaram de melhorar desde 1957. Ter sido posto no seu lugar por Eisenho-

O SINAL MAIS IMPORTANTE QUE SUEZ DEIXOU  
FOI O DE TER MARCADO, *DE FACTO*,  
O FIM DO IMPÉRIO BRITÂNICO.

wer não fora surpreendente em 1956, ao contrário do que teria acontecido se episódio equivalente tivesse ocorrido décadas mais tarde, sobretudo nos últimos quinze anos – antes da criação do Estado de Israel, durante a II Guerra Mundial, Ben Gurion passara mais de um mês num hotel de Washington, à espera de uma audiência de Roosevelt que, por fim, não lhe seria concedida. As coisas mudaram muito, em grande parte devido ao trabalho de organizações judias nos Estados Unidos, que concentraram, primeiro, a sua acção no Partido Democrata e, a partir da emergência política dos cristãos evangélicos, também no Partido Republicano. Com as duas administrações de George W. Bush, atingiu-se nível inédito de acordo e harmonia. Quase meio século depois da crise do Suez, o mesmo Ariel Sharon que Eisenhower mandara sair a toque de caixa do Egipto, era recebido com incenso e mirra na Casa Branca.

A França reagiu ao tabefe americano de 1956 de maneira muito diferente da britânica. Para ela, a falta de apoio dos Estados Unidos não era atitude inédita nem representava golpe inesperado. Durante a guerra, De Gaulle aprendera a sobreviver à indiferença e insolência de Washington. Para além de procurar recuperar o seu investimento no canal, o interesse estratégico da França na operação do Suez era o de tentar derrubar Nasser, cuja ajuda e exemplo reforçavam e inspiravam a Frente Nacional de Libertação argelina. Com o fiasco, a luta contra a Frente não acabara; se o Suez tinha corrido mal, paciência. E, dos americanos, era preciso continuar a desconfiar: com efeito, muitos anos depois, o apoio de Washington aos mujaedines no Afeganistão alarmaria Paris e viria a ter repercussões no Norte de África hostis ao interesse francês, incluindo contactos informais americanos com o FIS argelino em 1992, altura em que a França dava o seu beneplácito à suspensão, pelo Governo de Argel, do processo eleitoral que teria levado os islamistas ao poder. De vez em quando, franceses e americanos têm-se entendido sobre medidas a tomar nessa parte do mundo e no Médio Oriente mas, na maior parte do tempo, as suas visões diferem. É, de resto, instrutivo observar que a vez em que a França abandonou o seu comportamento clássico em relação aos Estados Unidos – isto é, ser o pior dos aliados nos dias bons mas o melhor nos dias maus – foi na questão do Iraque, em que continuou a ser o pior dos aliados mesmo com a crise no auge. Mas teria acontecido assim com ou sem o Suez.

Uma palavra final sobre a Europa. Conta-se que Konrad Adenauer estava com Guy Mollet no dia 6 de Novembro de 1956 quando chegara o telefonema fatídico de Anthony Eden e que declarara: «A Europa será a vossa vingança.» A construção europeia como vingança de europeus contra os Estados Unidos é ideia inquietante – e estranha nos beiços do atlanticista convicto que era o chanceler federal. De qualquer maneira, não foi assim que as coisas vieram a correr. O Tratado de Roma foi assinado no ano seguinte (sem os ingleses), mas ingleses e franceses – e outro europeus – não conseguiram construir uma capacidade autónoma de defesa e segurança; pelo contrário, continuaram a organizá-las em torno da contribuição americana, com sede na NATO. E, como vimos, o Suez não deixou neste processo uma beliscadura.

Quanto à Europa, porém, e, mais amplamente, quanto ao Ocidente, a aventura teve na altura efeito pouco edificante. Distraiu e paralisou aliados dos dois lados do Atlântico, o que deixou a União Soviética reprimir militarmente e brutalmente a revolução democrática húngara do Outono de 1956. Nunca saberemos o que haveria acontecido sem a distração causada pelo Suez mas é legítimo imaginar que a União Soviética talvez tivesse sido mais prudente e que os membros da Aliança Atlântica com menos espaço de manobra para justificar inação, tivessem ousado ser mais afoitos. Além disso, tal como as coisas se passaram, ficou a impressão de que as duas mais fortes nações europeias (em 1956, a Alemanha contava pouco) preferiam ocupar-se dos restos do seu passado colonial a tratar do bem-estar e da segurança do pequeno continente a que tinham ficado confinadas.

A CRISE DISTRAIU E PARALISOU ALIADOS  
DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO, O QUE DEIXOU  
A UNIÃO SOVIÉTICA REPRIMIR MILITARMENTE  
E BRUTALMENTE A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA  
HÚNGARA DO OUTONO DE 1956.

Hoje as ameaças são outras e a União Europeia tem uma importância que excedeu as expectativas de toda a gente (embora os «Pais Fundadores», se cá voltassem, talvez a achassem aquém do seu sonho). Mas o Estado-Nação está de boa saúde, pese as visões «pós-modernistas» que o dão por moribundo, e no que se publicou este ano sobre a crise do Suez encontrou às vezes nostalgia de grandezas nacionais passadas e de protagonismo inglês e francês entretanto perdidos nas malhas da União. Dir-se-ia que os autores de tais textos percebiam que, sem a França e a Grã-Bretanha, não haveria União Europeia mas não percebiam que, sem a União Europeia, a influência no mundo da França ou da Grã-Bretanha, apesar dos lugares cativos no Conselho de Segurança, seria muito menor e, se a aventura do Suez serve de exemplo, menos sensata agora é.

E encontraram-se também ainda focos tenazes de incompreensão de um mundo – o mundo de Franz Fanon, da nossa antiga Casa de Estudantes do Império, dos (re)eleitores de Lula da Silva – que muitos europeus insistiam em não ver e que a crise do Suez desatapou. Escreveu-se que talvez os americanos se tivessem enganado e que, se pudessem imaginar o que depois aconteceu, não teriam interrompido a operação. A questão não é essa. A questão é que, quando Eden comparou Nasser a Hitler e sustentou que qualquer compromisso com ele que não fosse imposto pela força seria um novo Munique, não entendeu em que mundo se tinha passado a viver nem como é que, nesse mundo, se deveriam promover e proteger os interesses europeus. Talvez nem todas as razões americanas fossem boas mas, em 1956, os americanos tiveram razão. É inquietante pensar que ainda há quem ache o contrário. RI